



LDO

LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS

2009





PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN
PINHEIRO

Rua José Josué da Costa - S/N - C.N.P.J: 12.464.103/0001-91
FONE: (88) 3569-1218
Dep. Irapuan Pinheiro-Ce

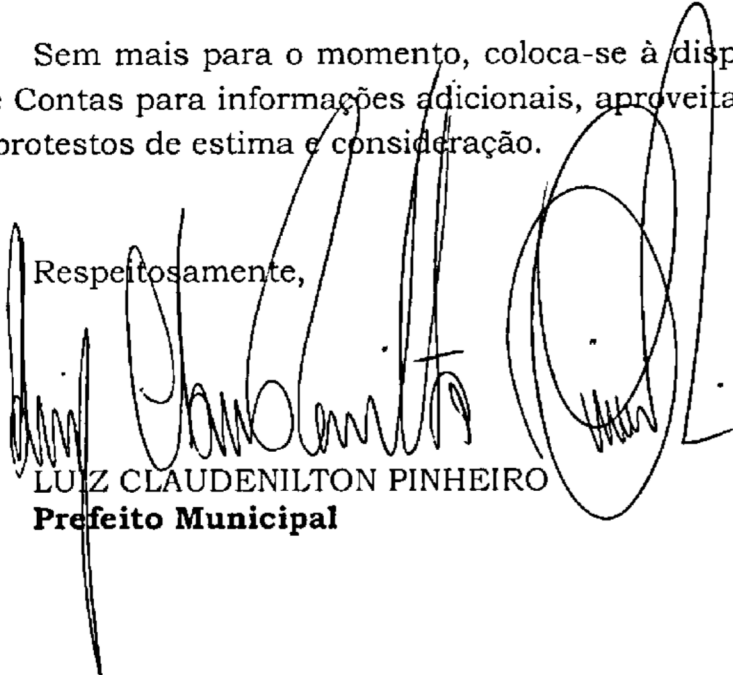
Ofício Nº 092/2008

IRAPUAN PINHEIRO 08 DE JULHO DE 2008

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO, na qualidade de Prefeito Municipal de Irapuan Pinheiro, VEM, respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento aos dispositivos contidos no Art. 9º da Instrução Normativa Nº 01/2007, desse Egrégio Tribunal de Contas, ENCAMINHAR, para exame e apreciação da legalidade, a **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009**, aprovada pela Câmara Municipal de Irapuan Pinheiro e sancionada pelo Poder Executivo sob o Nº **077/2008** em 12 de junho de 2008, em anexo (Doc. 01).

Sem mais para o momento, coloca-se à disposição dessa Colenda Corte de Contas para informações adicionais, aproveitando o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,


LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Dr. ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR

Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios
Fortaleza/CE



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN
PINHEIRO

Rua José Josué da Costa – S/N – C.N.P.J: 12.464.103/0001-91
FONE: (88) 3569-1218
Dep. Irapuan Pinheiro-Ce

Ofício Nº 092/2008

IRAPUAN PINHEIRO 08 DE JULHO DE 2008

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO, na qualidade de Prefeito Municipal de Irapuan Pinheiro, VEM, respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento aos dispositivos contidos no Art. 9º da Instrução Normativa Nº 01/2007, desse Egrégio Tribunal de Contas, ENCAMINHAR, para exame e apreciação da legalidade, a **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2009**, aprovada pela Câmara Municipal de Irapuan Pinheiro e sancionada pelo Poder Executivo sob o Nº **077/2008** em 12 de junho de 2008, em anexo (Doc. 01).

Sem mais para o momento, coloca-se à disposição dessa Colenda Corte de Contas para informações adicionais, aproveitando o ensejo para apresentar protestos de estima e consideração.

Respeitosamente,

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Dr. ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios
Fortaleza/CE

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro
ESTADO DO CEARÁ

L D O

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Anexos de Metas Fiscais

Ano de Referência: 2009



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

LEI Nº 077 /2008

IRAPUAN PINHEIRO, 12 DE JUNHO DE 2008

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2009, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO, Prefeito Municipal de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, Estado do Ceará, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, Estado do Ceará, para o exercício de 2009, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I - as Metas Fiscais;
- II - as Prioridades da Administração Municipal;
- III - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2009, estão identificados nos Demonstrativos I a VIII desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 575, de 30 de agosto de 2007-STN.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - Os Anexos de Metas Fiscais referidos no Art. 2º desta Lei, constituem-se dos seguintes:

- Demonstrativo I - Metas Anuais;
- Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
- Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS;
- Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; e
- Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

METAS ANUAIS

Art. 5º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Demonstrativo I - Metas Anuais serão elaboradas em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2009 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2009, 2010 e 2011 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 575/2007 da STN.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", serão calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 6º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 7º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

§ 1º - A elaboração deste Demonstrativo pelos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, se restringe àqueles que tenham elaborado metas fiscais em exercícios anteriores a 2005.

§ 2º - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 8º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 9º - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da evolução do patrimônio líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 10º - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios O Demonstrativo VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS, seguindo o modelo da Portaria nº 575/2007-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 11 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a não propiciar desequilíbrio das contas públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam à tratamento diferenciado.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 12 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 13 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 575/2007-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2009, 2010 e 2011.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 14 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 15 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 16 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta será representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2009, 2010 e 2011.

MUNICIPAL

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 17 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2009, serão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2006 a 2009, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2009 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2009, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 18 - O orçamento para o exercício financeiro de 2009 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 19 - A Lei Orçamentária para 2009 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverão estar anexados os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 20 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 21 - O Orçamento para exercício de 2009 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 22 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2009 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 23 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 24 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2009, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2008 (art. 4º, § 2º da LRF), conforme demonstrado em Anexo desta Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 25 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2008.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara Municipal, propondo anulação de recursos ordinários alocados para outras dotações não comprometidas.

Art. 26 - O Orçamento para o exercício de 2009 destinará recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% e nem superiores a 10% das Receitas Correntes Líquidas previstas (art. 5º, III da LRF). Poderá o executivo utilizar o percentual máximo de 80 % do total do orçamento para abertura de Créditos Adicionais Suplementares.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 30 de novembro de 2009, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 27 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 28 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 29 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2009 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 30 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2009, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 32 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2009, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 33 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 34 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 35 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2009 a preços correntes.

Art. 36 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 37 - Durante a execução orçamentária de 2009, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2009 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 38 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 39 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2009 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA

MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 40 - A Lei Orçamentária de 2009 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 41 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 42 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 43 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2009, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2009.

Art. 44 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2009, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2008, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 45 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 46 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação das despesas com horas-extras;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 47 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 48 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subseqüentes (art. 14 da LRF).

Art. 49 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

Art. 50 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 51 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2009, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 52 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 53 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 54 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art.55- Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2009, fixação para o custeio de despesas com polícia, cartório e poder judiciário, bem como concessão de refeições, doações e suprimentos de fundo, conforme preconiza o art.62, I da Lei Complementar nº. 101.

§ 1º- A efetivação de gastos com polícia e poder judiciário, deverá ser precedida de celebração de convênio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

§ 2º- As refeições e lanches, quando necessárias- inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.

§ 3º- As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Secretaria de Ação Social, através de processo devidamente formalizado.

Art. 56 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DEPUTADO
IRAPUAN PINHEIRO, ESTADO DO CEARÁ.

DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, 12 DE JUNHO 2008

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

ANEXO DE PRIORIDADES
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAPUAN PINHEIRO
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
2009

PRELIMINARMENTE, o Governo Municipal apresenta de forma genérica as prioridades da Administração Pública de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO para o Exercício Financeiro de 2.009, objetivando munir a quem de direito com as informações necessárias ao acompanhamento da elaboração e execução do Orçamento Anual do ano vindouro, conforme abaixo:

DAS METAS PROGRAMÁTICAS

1 - ADMINISTRAÇÃO

1.1. Atividades

- a) Garantir a ampliação dos programas de capacitação de recursos humanos, fazendo parte do planejamento global da administração municipal;
- b) Promover a adequada política nas receitas municipais de modo a obter um aumento nas finanças públicas, utilizando dos meios técnicos mais eficazes e implementar a máquina administrativa com o aperfeiçoamento da informática;
- c) Desenvolver programas objetivando a otimizar os serviços públicos de modo geral;
- d) Capacitar servidores para gerar melhoria na prestação dos serviços públicos;
- e) Melhorar a arrecadação tributária.

2 - AGRICULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

2.1. Atividades

- a) Dar apoio aos Projetos de Agricultura, principalmente as ações em conjunto com os agricultores, incentivando a criação de Cooperativas Agrícolas, distribuindo sementes, prestando assistência técnica e material aos agricultores.
- b) Propiciar terras para o plantio de modo geral.
- c) Garantir a defesa ao meio-ambiente.

3.2. Projetos

- a) Apoiar os Projetos de Agricultura, principalmente as ações em conjunto com os agricultores, incentivando a criação de Cooperativas Agrícolas, inclusive disponibilizar máquinas e/ou combustíveis quando da preparação de terra para o plantio.

3 - AÇÃO SOCIAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA :

3.1. Atividades

- a) Implementar programas de formação de mão-de-obra e iniciação profissional;
- b) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda;
- c) Implementar programas de apoio à organização comunitária e assistencial;
- d) Implementar programa de habitação popular destinado à população de baixa renda;
- e) Dar ênfase à promoção, organização e legalização das entidades, valorizando lideranças e Associações Comunitárias;
- f) Desenvolver ações integradas relacionadas com qualificação profissional, desenvolvimento econômico, empreendedorismo, financiamento de micro e pequenos negócios e intermediação de postos de trabalho;
- g) Realizar parcerias para a implantação de cursos profissionais e de reciclagem de mão de obra.
- h) Concessão de benefícios eventuais e distribuição de materiais gratuitos.

4 - SEGURANÇA PÚBLICA

4.1. Atividades



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

- a) Firmar Convênio com a Polícia Militar / Civil, para garantir a segurança da população e do Município de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO.

5 - EDUCAÇÃO/CULTURA/DESPORTO

5.1. Atividades

- a) Melhorar a qualidade de ensino, envolvendo a capacitação e a valorização dos profissionais de educação e a implantação de um planejamento educacional eficiente que estimule um melhor desempenho desses profissionais e a assiduidade dos alunos;
- b) Implementar Programas de Apoio ao ensino para jovens e adultos e à educação especial, compreendendo inclusive, a distribuição de merenda escolar, de livros didáticos e de material de apoio pedagógico;
- c) Dotar as unidades escolares de equipamentos adequados ao ensino;
- d) Distribuir livros didáticos e material escolar aos alunos carentes do Município;
- e) Proporcionar o transporte de estudantes, atendidos os do ensino Fundamental;
- f) Incentivar e dar apoio aos festejos culturais;
- g) Promover campeonatos esportivos.

5.2. Projetos

- a) Promover a construção, ampliação e reforma das unidades físicas da Rede de Ensino, principalmente do Fundamental;
- b) Garantir a implantação de novas unidades de creches no Município;
- c) Assegurar recursos para construção e reforma de campos e quadras esportivas.

6 - ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

6.1. Projetos

- a) Ampliar a rede de abastecimento d'água, envolvendo a construção de poços, cacimbas, chafarizes, açudecos e passagens molhadas;
- b) Ampliar, com a colaboração dos governos estadual e federal, a rede de energia elétrica em vários locais da municipalidade;
- c) Ampliar o sistema de telecomunicação em diversas localidades do Município;
- d) Garantir a iluminação pública, principalmente nas regiões mais carentes;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

7- HABITAÇÃO E URBANISMO

7.1. Atividades

- a) Implementar programa de habitação popular destinado à população de baixa renda;
- b) Contribuir para a redução do déficit habitacional das famílias de baixa renda, mediante a recuperação e construção de moradias populares;

7.2. Projetos

- a) Implantar as melhorias do sistema viário, praças públicas, incluindo a drenagem urbana;
- b) Garantir melhorias nos prédios públicos.
- c) Melhorar a urbanização de vias públicas;
- d) Melhorar as condições dos cemitérios públicos;

8 - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

8.1. Atividades

- a) Implementar programas de geração de emprego e melhoria de renda;
- b) Implementar programas de apoio ao micro-empresário e de fomento ao comércio varejista / atacadista e serviços;
- c) Incentivar o Turismo.

8.2. Projetos

- a) Incentivar a implantação de indústrias no Município.

9 - SAÚDE / SANEAMENTO

9.1. Atividades

- a) Contratar profissionais da área de saúde para melhor atender à população, especialmente junto ao Programa de Saúde da Família;
- b) Promover a saúde social e sanitária dos núcleos de agregação comunitária do Município de DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO;
- c) Assegurar recursos destinados à alimentação e nutrição das crianças e gestantes em risco nutricional;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

- d) Ampliação e manutenção dos serviços de Odontologia;
- e) Assegurar o atendimento emergencial às famílias que encontram-se em situação de fragilidade.
- f) Promover um trabalho mais eficaz nas ações de vigilância sanitária, com o combate intensivo às doenças transmissíveis e endêmicas;
- g) Propiciar o atendimento ambulatorial e ações promocionais de saúde a pessoas, transportando os pacientes para outros centros mais desenvolvidos, quando necessário;

9.2. Projetos

- a) Melhorar o atendimento primário de saúde, inclusive com o reaparelhamento de unidades da rede física de saúde do Município;
- b) Promover as melhorias sanitárias domiciliares em áreas periféricas para a população de baixa renda ;
- c) Melhorar o sistema de abastecimento d'água tratada;
- d) Propiciar o sistema de destino final do lixo ;
- e) Promover melhoria da qualidade de vida da população, através da implantação de drenagem em vias urbanas - em áreas críticas de doenças ligadas ao saneamento.

10 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

10.1. Atividades

- a) Implementar programas de formação de mão-de-obra e iniciação profissional;
- b) Implementar programas de apoio à organização comunitária e de assistência aos carentes de modo geral;
- c) Dar ênfase à promoção, organização e legalização das entidades, valorizando lideranças e Associações Comunitárias;
- d) Conceder auxílio, através de convênio, a entidades sem fins lucrativos a fim de que possam promover atividades culturais, educacionais e assistenciais;
- e) Assegurar a manutenção dos serviços assistenciais à população carente.

11 - TRANSPORTE

11.1. Atividades

- a) Assegurar a manutenção do Sistema Rodoviário Municipal;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DEP. IRAPUAN PINHEIRO

11.2. Projetos

- a) Melhorar a manutenção das estradas vicinais, visando o desenvolvimento econômico do Município;

12 - CONSOLIDAÇÃO E MELHORAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

12.1. Projetos

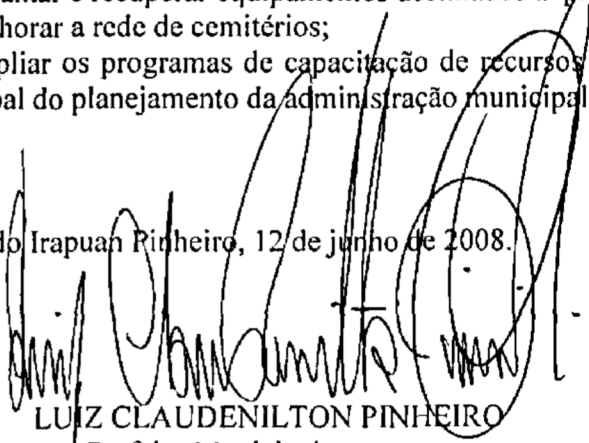
- a) Melhorar a rede de abastecimento d'água e esgotamento sanitário;
- b) Melhorar o sistema viário, incluindo a drenagem urbana;
- e) Implantar melhorias em estradas municipais;
- f) Urbanizar praças e logradouros públicos.

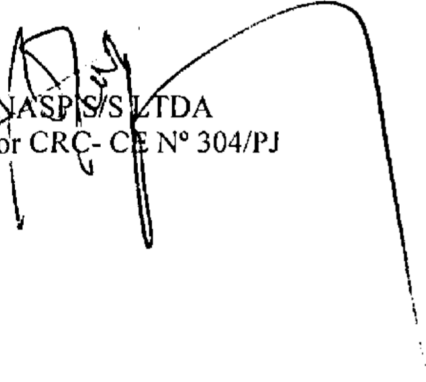
13 - OUTROS OBJETIVOS E METAS SETORIAIS

13.1. Projetos

- a) Implantar e recuperar equipamentos destinados à prática do esporte e do lazer;
- b) Melhorar a rede de cemitérios;
- c) Ampliar os programas de capacitação de recursos humanos, fazendo parte do sistema global do planejamento da administração municipal.

Deputado Irapuan Pinheiro, 12 de junho de 2008.


LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal


CONASP/S LTDA
Contador CRC- CE N° 304/PJ

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS
Art. 48, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			ORÇADA			PREVISÃO		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011			
RECEITAS CORRENTES	7.582.619,16	10.049.070,01	9.974.198,00	10.921.746,81	11.904.704,02	12.976.127,38			
RECEITA TRIBUTÁRIA	279.033,85	225.059,31	225.000,00	246.375,00	268.548,75	292.718,14			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA PATRIMONIAL	95.835,55	23.673,84	47.700,00	52.231,50	56.932,34	62.056,25			
Aplicações Financeiras	95.835,55	23.673,84	47.700,00	52.231,50	56.932,34	62.056,25			
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITA DE SERVIÇOS	351.975,51	360.070,36	450.000,00	492.750,00	537.097,50	585.436,28			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.831.653,94	9.418.732,14	9.236.950,00	10.114.460,25	11.024.761,67	12.016.990,22			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24.120,31	21.534,36	14.548,00	15.930,06	17.363,77	18.926,50			
RECEITAS DE CAPITAL	1.212.128,64	198.489,41	580.500,00	635.647,50	692.855,78	755.212,79			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	17.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.194.168,64	198.489,41	580.500,00	635.647,50	692.855,78	755.212,79			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS TRIBUTÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I - RECEITAS

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA				ORÇADA			PREVISÃO		
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2010	2011		
	RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
AMORTIZ.DE EMPRESTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	-1.894.478,89	-1.120.898,00	-1.226.507,31	-1.336.892,97	-1.457.213,34	-1.336.892,97	-1.457.213,34		
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	0,00	-1.894.478,89	-1.120.098,00	-1.226.507,31	-1.336.892,97	-1.457.213,34	-1.336.892,97	-1.457.213,34		
Total	8.794.747,80	8.353.080,53	9.434.600,00	10.330.887,00	11.260.666,83	12.274.126,84	11.260.666,83	12.274.126,84		

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008

LUÍZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal

COMASRS/S/LTDA

Contador CRC nº 004 P/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II - Despesas
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2006	2007		2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES (I)	6.901.609,09	7.937.769,15	8.326.380,00	9.117.386,10	9.937.950,85	10.832.366,43
Pessoal e Encargos Sociais	3.445.239,15	4.014.983,66	4.119.280,00	4.510.611,60	4.916.566,64	5.359.057,64
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	3.445.239,15	4.014.983,66	4.119.280,00	4.510.611,60	4.916.566,64	5.359.057,64
Juros e Encargos da Dívida	2.950,17	3.933,00	8.700,00	9.526,50	10.383,89	11.318,43
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	2.950,17	3.933,00	8.700,00	9.526,50	10.383,89	11.318,43
Outras Despesas Correntes	3.453.419,77	3.918.852,49	4.198.400,00	4.597.248,00	5.011.000,32	5.461.990,35
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	3.453.419,77	3.918.852,49	4.198.400,00	4.597.248,00	5.011.000,32	5.461.990,35
DESPESA DE CAPITAL (II)	1.886.151,79	421.836,81	1.016.220,00	1.112.760,90	1.212.909,38	1.322.071,23
Investimentos	1.765.632,94	302.379,63	881.220,00	964.935,90	1.051.780,13	1.146.440,34
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	1.765.632,94	302.379,63	881.220,00	964.935,90	1.051.780,13	1.146.440,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	5.000,00	5.475,00	5.967,75	6.504,85
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	0,00	0,00	5.000,00	5.475,00	5.967,75	6.504,85
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	120.518,85	119.457,18	130.000,00	142.350,00	155.161,50	169.126,04
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos, Fundos Entidades	120.518,85	119.457,18	130.000,00	142.350,00	155.161,50	169.126,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	92.000,00	100.740,00	109.806,60	119.689,19
Total	8.787.760,88	8.359.605,96	9.434.600,00	10.330.887,00	11.260.666,83	12.274.126,84

[Handwritten signature]

LUÍZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal

[Handwritten signature]
CONASYS LTDA
Contador CFC nº 304 P/I

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 III - Resultado Primário
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES (I)	7.582.619,16	8.154.591,12	8.854.100,00	9.695.239,50	10.567.811,06	11.518.914,05
RECEITAS CORRENTES (EXCETO INTRA)	7.582.619,16	10.049.070,01	9.974.198,00	10.921.746,81	11.904.704,02	12.976.127,38
Receitas Tributárias	279.033,85	225.059,31	225.000,00	246.375,00	268.548,75	292.718,14
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	95.835,55	23.673,84	47.700,00	52.231,50	56.932,34	62.056,25
Aplicações Financeiras (II)	95.835,55	23.673,84	47.700,00	52.231,50	56.932,34	62.056,25
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	351.975,51	360.070,36	450.000,00	492.750,00	537.097,50	585.436,28
Transferências Correntes	6.831.653,94	9.418.732,14	9.236.950,00	10.114.460,25	11.024.761,67	12.016.990,22
Outras Receitas Correntes	24.120,31	21.534,36	14.548,00	15.930,06	17.363,77	18.926,50
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	0,00	-1.894.478,89	-1.120.098,00	-1.226.507,31	-1.336.892,97	-1.457.213,34
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	7.486.783,61	8.130.917,28	8.806.400,00	9.643.008,00	10.510.878,72	11.456.857,80
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	1.212.128,64	198.489,41	580.500,00	635.647,50	692.855,78	755.212,79
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (VI)	17.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.194.168,64	198.489,41	580.500,00	635.647,50	692.855,78	755.212,79
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII) = (IV - V - VI - VII)	1.194.168,64	198.489,41	580.500,00	635.647,50	692.855,78	755.212,79
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (OU RECEITAS FISCAIS LÍQUIDAS (IX) = (III + VIII)	8.680.952,25	8.329.406,69	9.386.900,00	10.278.655,50	11.203.734,50	12.212.070,60
RECEITA TOTAL	8.794.747,80	8.353.080,53	9.434.600,00	10.330.887,00	11.260.666,83	12.274.126,84

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
 III - Resultado Primário
 Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DESPESAS CORRENTES (X)	6.901.609,09	7.937.769,15	8.326.380,00	9.117.386,10	9.937.950,85	10.832.366,43
Pessoal e Encargos Sociais	3.445.239,15	4.014.983,66	4.119.280,00	4.510.611,60	4.916.566,64	5.359.057,64
Juros e Encargos da Dívida (XI)	2.950,17	3.933,00	8.700,00	9.526,50	10.383,89	11.318,43
Outras Despesas Correntes	3.453.419,77	3.918.852,49	4.198.400,00	4.597.248,00	5.011.000,32	5.461.990,35
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	6.898.658,92	7.933.836,15	8.317.680,00	9.107.859,60	9.927.566,96	10.821.047,99
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	1.886.151,79	421.836,81	1.016.220,00	1.112.760,90	1.212.909,38	1.322.071,23
Investimentos	1.765.632,94	302.379,63	881.220,00	964.935,90	1.051.780,13	1.146.440,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	5.000,00	5.475,00	5.967,75	6.504,85
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	120.518,85	119.457,18	130.000,00	147.350,00	155.161,50	169.126,04
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	1.765.632,94	302.379,63	886.220,00	970.410,90	1.057.747,88	1.152.945,19
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	92.000,00	100.740,00	109.806,60	119.689,19
DESPESAS NÃO-FINANÇEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV + XVI)	8.664.291,86	8.236.215,78	9.295.900,00	10.179.010,50	11.095.121,45	12.093.682,38
DESPESA TOTAL	8.787.760,88	8.359.605,96	9.434.600,00	10.330.887,00	11.260.666,83	12.274.126,84
Resultado Primário (IX - XVII)	16.660,39	93.190,91	91.000,00	99.645,00	108.613,05	118.388,22

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008

LUÍZ CLAUDENILTON PINHEIRO
 Prefeito Municipal

CONASP S/S LTDA
 Contador CRC nº 304 P/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - Resultado Nominal
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

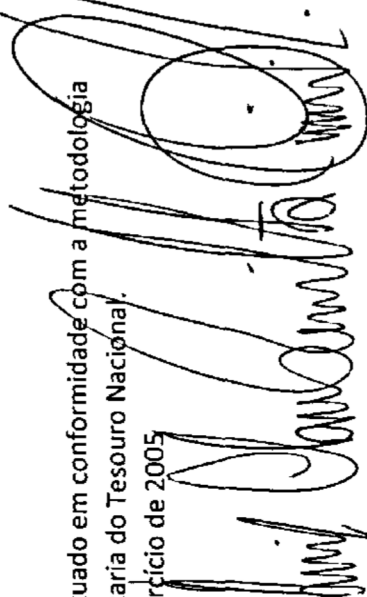
ESPECIFICAÇÃO	2006 (b)	2007 (c)	2008 (d)	2009 (e)	2010 (f)	2011 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	179.690,57	60.233,39	660.233,39	722.955,56	788.021,56	858.943,50
DEDUÇÕES (II)	247.120,32	211.491,83	444.610,69	486.848,71	530.665,09	578.424,95
Ativo Disponível	551.513,54	688.543,05	826.251,66	904.745,57	986.172,67	1.074.928,21
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	304.393,22	477.051,22	381.640,97	417.896,86	455.507,58	496.503,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-67.429,75	-151.258,44	215.622,70	236.106,86	257.356,47	280.518,56
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-67.429,75	-151.258,44	215.622,70	236.106,86	257.356,47	280.518,56
RESULTADO NOMINAL	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	-66.243,62	-83.828,69	366.881,14	20.484,16	21.249,62	23.162,08

Notas:

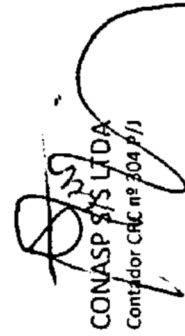
- O cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2005

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008



LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal



CONASP S/S LTDA
Contador CRC nº 304 P/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro


ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - Montante da Dívida Pública
Art. 4º, §2º, Inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	300.209,42	179.690,57	60.233,39	660.233,39	722.955,56	788.021,56	858.943,50
Dívida Mobiliária	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	300.209,42	179.690,57	60.233,39	660.233,39	722.955,56	788.021,56	858.943,50
DEDUÇÕES (II)	301.395,55	247.120,32	211.491,83	444.610,69	486.848,71	530.665,09	578.424,95
Ativo Disponível	994.582,07	551.513,54	688.543,05	826.251,66	904.745,57	986.172,67	1.074.928,21
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	693.186,52	304.393,22	477.051,22	381.640,97	417.896,86	455.507,58	496.503,26
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-1.186,13	-67.429,75	-151.258,44	215.622,70	236.106,86	257.356,47	280.518,56

(R\$)

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008


LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal


COMASP/S LTDA
Contrator CRC nº 300 P/I

ESPECIFICAÇÃO	2009			2010			2011		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
Receita Total	10.330.887,00	9.920.191,09	0,026	11.260.666,83	10.385.140,50	0,027	12.274.126,84	10.884.426,10	0,028
Receitas Primárias (I)	10.278.655,50	9.870.036,01	0,026	11.203.734,50	10.332.634,70	0,027	12.212.070,60	10.829.395,98	0,028
Despesa Total	10.330.887,00	9.920.191,09	0,026	11.260.666,83	10.385.140,50	0,027	12.274.126,84	10.884.426,10	0,028
Despesas Primárias (II)	10.179.010,50	9.774.352,31	0,025	11.095.121,45	10.232.466,41	0,026	12.093.682,38	10.724.411,91	0,028
Resultado Primário (III) = (I - II)	99.645,00	95.683,70	0,000	108.613,05	100.168,29	0,000	118.388,22	104.984,08	0,000
Resultado Nominal	20.484,16	19.669,83	0,000	21.249,62	19.597,44	0,000	23.162,08	20.539,63	0,000
Dívida Pública Consolidada	722.955,56	694.215,06	0,002	788.021,56	726.752,22	0,002	858.943,50	761.692,23	0,002
Dívida Consolidada Líquida	236.106,86	226.720,62	0,001	257.356,47	237.346,79	0,001	280.518,56	248.757,69	0,001
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:


- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

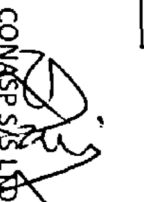
VARIÁVEIS	2009	2010	2011
	PIB real (crescimento % anual)	4,04	4,08
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	13,60	13,60	13,60
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,91	1,98	2,02
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,14	4,12	4,00
Projeção do PIB do Estado - R\$ milhares	40.261.000.000,00	41.904.000.000,00	43.626.000.000,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2009	2010	2011
Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação	Valor corrente / Índice Deflação
1,0414	1,0843	1,1277

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008


 LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
 Prefeito Municipal


 CON/ASP S/S LTDA
 Contador CRC nº 304 PV

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

2009

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2007 (a)	% PIB	I - Metas Realizadas 2007 (b)	% PIB	Variação (II - I)	
					Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	7.975.720,00	0,021	8.353.080,53	0,022	377.360,53	4,73
Receitas Primárias (I)	7.883.720,00	0,021	8.329.406,69	0,022	445.686,69	5,65
Despesa Total	7.975.720,00	0,021	8.359.605,96	0,022	383.885,96	4,81
Despesas Primárias (II)	7.890.720,00	0,021	8.236.215,78	0,022	345.495,78	4,38
Resultado Primário (III)=(I - II)	-7.000,00	0,000	93.190,91	0,000	100.190,91	-1.431,30
Resultado Nominal	-183.895,25	0,000	-83.828,69	0,000	100.066,56	-54,41
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,000	60.233,39	0,000	60.233,39	0,00
Dívida Consolidada Líquida	-251.325,00	-0,001	-151.258,44	0,000	100.066,56	-39,82

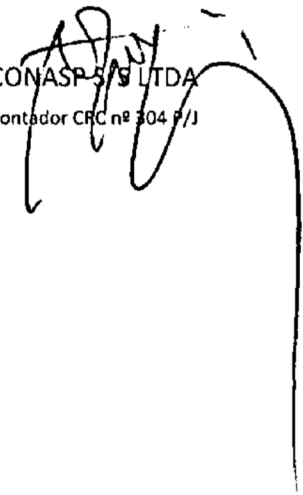
Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2007

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2007	37.213.000.000,00
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2007	37.213.000.000,00

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008


LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal


CONASP S/S LTDA
Contador CRC nº 304 P/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2009

AMF - Tabela 3 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Receita Total	8.794.747,80	8.353.080,53	-5,0	9.434.600,00	12,9	10.330.887,00	9,5	11.260.666,83	9,0	12.274.126,84	9,0
Receitas Primárias (I)	8.680.952,25	8.329.406,69	-4,0	9.386.900,00	12,7	10.278.655,50	9,5	11.203.734,50	9,0	12.212.070,60	9,0
Despesa Total	8.787.760,88	8.359.605,96	-4,9	9.434.600,00	12,9	10.330.887,00	9,5	11.260.666,83	9,0	12.274.126,84	9,0
Despesas Primárias (II)	8.664.291,86	8.236.215,78	-4,9	9.295.900,00	12,9	10.179.010,50	9,5	11.095.121,45	9,0	12.093.682,38	9,0
Resultado Primário	16.660,39	93.190,91	459,4	91.000,00	-2,4	99.645,00	9,5	108.613,05	9,0	118.388,22	9,0
(III) = (I - II)											
Resultado Nominal	-66.243,62	-83.828,69	26,5	366.881,14	-537,7	20.484,16	-94,4	21.249,62	3,7	23.162,08	9,0
Dívida Pública Consolidada	179.690,57	60.233,39	-66,5	660.233,39	996,1	722.955,56	9,5	788.021,56	9,0	858.943,50	9,0
Dívida Consolidada Líquida	-67.429,75	-151.258,44	124,3	215.622,70	-242,6	236.106,86	9,5	257.356,47	9,0	280.518,56	9,0

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2006	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%	2011	%
Receita Total	9.500.493,95	8.693.886,22	-8,5	9.434.600,00	8,5	9.920.191,09	5,1	10.385.140,50	4,7	10.884.426,10	4,8
Receitas Primárias (I)	9.377.566,72	8.669.246,48	-7,6	9.386.900,00	8,3	9.870.036,01	5,1	10.332.634,70	4,7	10.829.395,98	4,8
Despesa Total	9.492.946,35	8.700.677,88	-8,3	9.434.600,00	8,4	9.920.191,09	5,1	10.385.140,50	4,7	10.884.426,10	4,8
Despesas Primárias (II)	9.359.569,40	8.572.253,38	-8,4	9.295.900,00	8,4	9.774.352,31	5,1	10.232.466,41	4,7	10.724.411,91	4,8
Resultado Primário	17.997,32	96.993,10	438,9	91.000,00	-6,2	95.683,70	5,1	100.168,29	4,7	104.984,08	4,8
(III) = (I - II)											
Resultado Nominal	-71.559,43	-87.248,90	21,9	366.881,14	-520,5	19.669,83	-94,6	19.597,44	-0,4	20.539,63	4,8
Dívida Pública Consolidada	194.110,08	62.690,91	-67,7	660.233,39	953,2	694.215,06	5,1	726.752,22	4,7	761.692,23	4,8
Dívida Consolidada Líquida	-72.840,74	-157.429,78	116,1	215.622,70	-237,0	226.720,62	5,1	237.346,79	4,7	248.757,69	4,8

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2006	2007	2008	ÍNDICES DE INFLAÇÃO		2010	2011
			2009	2010		
4,45	3,79	4,88	4,14	4,12	4,00	4,00
VALORES DE REFERÊNCIA						
Valor x Índice	Valor x Índice	Valor x Índice	Valor / Índice	Valor / Índice	Valor / Índice	Valor / Índice
1,0802	1,0408	1,000	1,0414	1,0843	1,1277	1,1277

* inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal

CONASP S/A LTDA
Contador CRC nº 304 P/I

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

2009

AMF - Tabela 4 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio / Capital	3.019.269,74	100,00	2.712.376,43	100,00	1.585.030,91	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.019.269,74	100,00	2.712.376,43	100,00	1.585.030,91	100,00

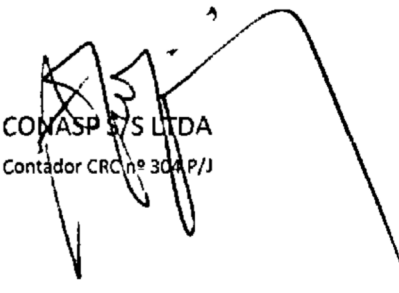
REGIME PREVIDENCIÁRIO

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2007	%	2006	%	2005	%
Patrimônio / Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008


 LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
 Prefeito Municipal


 COMASP S/S LTDA
 Contador CRC nº 304 P/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

2009

AMF - Tabela 5 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2007 (a)	2006 (d)	2005
RECEITA DE CAPITAL	0,00	17.748,00	47.870,00
Receita de alienação de Ativos	0,00	17.748,00	47.870,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	17.748,00	47.870,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	17.748,00	47.870,00

DESPESAS LIQUIDADAS	2007 (b)	2006 (e)	2005
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	17.000,00	47.870,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	17.000,00	47.870,00	0,00
Investimentos	17.000,00	47.870,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	17.000,00	47.870,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(c)=(a-b)+(f)	(f)=(d-e)+(g)	(g)
	748,00	17.748,00	47.870,00

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008

LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal

CONASP S/S LTDA

Contador CRC nº 3048/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação de Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2009

AMF - Tabela 6 (LRF, Art. 49, §2º, Inciso IV, Alínea "a")

	2005	2006	2007	(R\$)
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária entre RGPS e RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Previdenciária em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSE PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT ATUARIAL - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSE PREVIDENCIÁRIOS PARA COBERTURA DE DÉFICIT FINANCEIRO - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VI - Avaliação de Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2009

AMF - Tabela 6 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

	2005	2006	2007
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS DO RPPS	0,00	0,00	0,00

Nota:

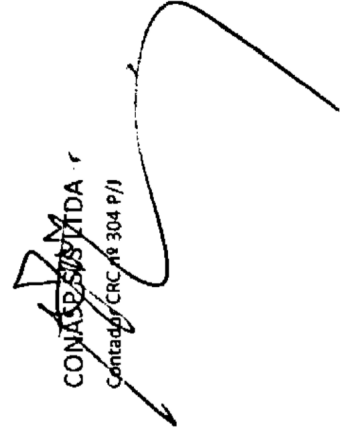
O saldo das disponibilidades financeiras do exercício de 2004 era R\$ >> 0,00

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de Junho de 2008



LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal



CONA DE SOUSA ALMEIDA
Contador CRC nº 304 P/1

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos

2009

AMF - Tabela 7 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008

LUÍZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal

CONASP S/S LTDA

Contador CRC nº 304 P/J

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita
2009

AMF - Tabela 8 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2009	2010	2011	
IPTU/ISS		CONTRIBUINTE	3.300,00	3.630,00	3.993,00	AUMENTO DA ARRECADADO JÁ PREVISTO NA LOA.
TOTAL			3.300,00	3.630,00	3.993,00	

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008


LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal


CONASPI/S LTDA

Contador CRC 009304 P/1

(R\$)

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

2009

AMF - Tabela 9 (LRF, Art. 4º, §2º, inciso V)

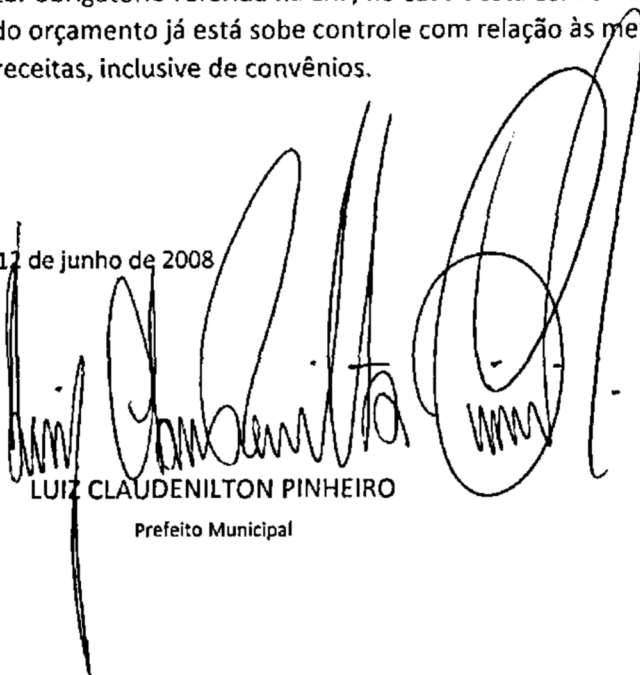
(R\$)

EVENTOS	Valor Previsto para 2009
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	0,00
Saldo Utilizado de Margem Bruta (IV)	0,00
Impacto de Novas DOCC	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

Notas:


As despesas de caráter obrigatório referida na LRF, no caso desta Lei de Diretrizes Orçamentárias não estão sendo previstas por conta do orçamento já está sob controle com relação às metas fiscais, ficando a sua expansão já limitada ao crescimento das receitas, inclusive de convênios.

Irapuan Pinheiro - CE, 17 de junho de 2008



LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal



CONASP S/S LTDA
Contador CRC nº 304 P/I

Prefeitura Municipal de Dep. Irapuan Pinheiro

ESTADO DO CEARÁ

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Demonstrativo de Riscos fiscais e Providências

2009

AMF (LRF, Art. 4º, §3º)

(R\$)

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Passivos Contingentes	51.700,00		
SENTENÇAS JUDICIAIS	38.500,00	ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	51.700,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	13.200,00		38.500,00
Riscos Fiscais	25.000,00		
REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO	25.000,00	ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	13.200,00
			25.000,00
Eventos Fiscais Imprevistos	10.000,00		
OUTROS RISCOS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS	10.000,00	ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL A PARTIR DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.	10.000,00
			10.000,00
TOTAL	86.700,00		86.700,00

NOTA:

Passivo Contingentes: Obrigações em processos, ações trabalhistas, indenizações, desapropriações, etc.

Riscos Fiscais: Emergência, Calamidade pública, frustrações de arrecadação prevista, despesas planejadas a menor.

Eventos Fiscais Imprevistos: Extinção de tributos, ocorrência imprevista em execução de obra, campanhas não previstas.

Nota:

A reserva de contingência, alínea "b" do inciso III do art. 5º, destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, redução de despesas e cancelamento de dotações orçamentárias.

Irapuan Pinheiro - CE, 12 de junho de 2008


LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO

Prefeito Municipal


CONASP S/S LTDA
Contador/CRC nº 304 P/1



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

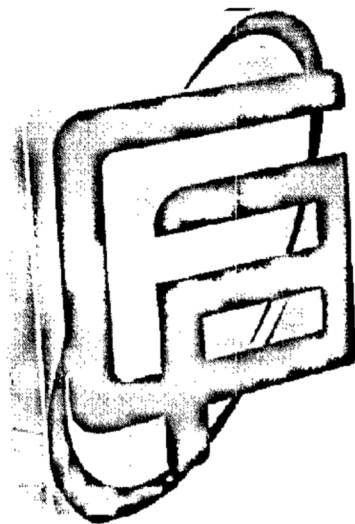
O PREFEITO MUNICIPAL DE DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos Arts. 28, inciso 10, da Constituição do Estado do Ceará e art. 141 da Lei Orgânica do Município, VEM, através deste, tempestivamente, publicar a LEI 077/2008, de 12 de junho de 2008, que trata da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício financeiro de 2009 no Flanelógrafo do Município de Deputado Irapuan Pinheiro, com fundamento na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme Decisão proferida no Recurso Especial Nº 105.232 (96/0056484-5/Ceará).

Deputado Irapuan Pinheiro, 12 de junho de 2008.



LUIZ CLAUDENILTON PINHEIRO
Prefeito Municipal

Elaboração:



CONASP

Contabilidade e Consultoria Pública